



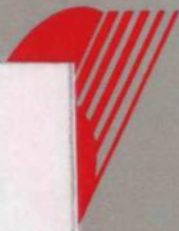
CIBEC/INEP



B0009133

Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Superior

PROGRAMA DE GRADUAÇÃO PROGRAD



1.7
p

SESU

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Superior
Departamento de Política do Ensino Superior

PROGRAMA DE GRADUAÇÃO

(PROGRAD)

Brasília, novembro de 1994

Ministro da Educação e do Desporto:

Murílio de Avellar Hingel

Secretário da Educação Superior:

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

Departamento de Política do Ensino Superior:

Maria José Vieira Feres

Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior:

Luiz Cassimiro dos Santos

Divisão de Extensão e Graduação:

Marinice Oliveira de Azeredo Coutinho

Comissão Nacional de Graduação:

Coordenação: DEPESESu

Membros:

Mozart Neves Ramos

Dilvo I Ristoff

Maria Bety da Conceição R Barbosa

Maria Teresa Souza Cruz

Eronides de Jesus Biscola

Sandra Maria Correa Sá Carneiro

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. Apresentação..... | 05 |
| 2. Histórico..... | 09 |
| 3. A Quem se destina o PROGRAD..... | 13 |
| 4. Princípios do PROGRAD..... | 13 |
| 5. Objetivos do PROGRAD..... | 20 |
| 6. Linhas de Ação do PROGRAD..... | 21 |
| 7. Programa de Licenciatura (PROLICEN)..... | 22 |
| 8. Programa de Laboratórios (PROLAB)..... | 25 |
| 9. Programa de Bibliotecas | |
| Universitárias (PROBIB)..... | 27 |
| 10. Programa de Informatização (PROÍNF)..... | 30 |
| 11. Outras Ações..... | 31 |
| 12. Como Participar do PROGRAD..... | 33 |
| 13. Considerações Finais..... | 34 |

APRESENTAÇÃO

Em 25 de junho de 1993, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 119/SESu/93, constituiu a Comissão de Graduação com a função precípua de, em consonância com as linhas programáticas gerais para a Educação Superior, estabelecidas pelo MEC para 1993/94, e em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, definir as diretrizes gerais para um programa articulado de melhoria das condições do ensino de graduação nas universidades brasileiras.

A Comissão foi constituída pelos Coordenadores Regionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, pelo seu Presidente e Vice-Presidente e por representantes da SESu/MEC. Os trabalhos foram coordenados pela Diretora do Departamento de Política do Ensino Superior da SESu/MEC, Professora Maria José Vieira Féres.

O texto que hoje temos a satisfação de apresentar à comunidade universitária brasileira é resultado deste trabalho de intensa parceria entre o MEC e as Instituições de Ensino Superior. Mais do que definir diretrizes, apresenta formas concretas de operacionalização das ações propostas para que a melhoria efetiva do ensino de graduação possa ser alcançada. Podemos, portanto, afirmar que se constitui efetivamente em um **Programa de**

Graduação, com efeitos que, sem dúvida, alcançarão visibilidade a curto, médio e longo prazos.

O Programa de Graduação (PROGRAD) identifica algumas das questões necessárias para que a qualidade do ensino de graduação possa ser assegurada. Constatou-se que, em um ambiente de tantas carências, antes de mais nada, era urgente fazer algo (1) pela recuperação e implantação dos laboratórios de ensino, (2) pela atualização do acervo bibliográfico, (3) pela instalação de laboratórios de informática, (4) pela melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura, e (5) pela democratização do acesso ao ensino superior.

Estas ações devem ser entendidas no contexto dos esforços do Ministério, do CRUB, ANDIFES, ABRUEM, ANUP, ABESC e outros em prol da melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro. Destacam-se, em especial, os esforços em busca da autonomia universitária e da implantação do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras - PAIUB.

Várias das ações propostas pelo Programa de Graduação já tiveram a sua primeira edição em 1993 e 1994, entre elas o Programa de Recuperação/Implantação de Laboratórios de Ensino (PROLAB); o Programa de Informatização, nas suas versões Laboratórios de Informática para a Graduação (LIG) e Laboratórios de Informática para as Licenciaturas (LILI); Programa das Licenciaturas

(PROLICEN); e o Programa de Bibliotecas (PROBIB). Outras propostas do Programa de Graduação, como a rediscussão do vestibular, das licenciaturas, do ensino noturno, do ensino à distância, etc. já geraram ações específicas, entre as quais destacamos (1) a definição das linhas gerais para um Programa de Democratização do Acesso à Universidade e (2) a aproximação efetiva dos Pró-Reitores de Graduação e de Extensão com vistas ao estabelecimento de uma política acadêmica de apoio a esforços que tornem o princípio da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa uma realidade.

Estão, portanto, aqui expressos princípios, objetivos e linhas de ação que julgamos poder contribuir para a construção de um ensino superior de qualidade. A criação de algumas linhas de fomento nesta área representa, sem dúvida, avanços significativos, não tanto pelos recursos alocados, que infelizmente estão muito aquém do necessário, mas pela sinalização da direção a ser seguida. O quanto vamos conseguir avançar nas linhas de ação aqui definidas dependerá do esforço de todos nós.

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Secretário da Educação Superior/MEC

PROGRAMA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

HISTÓRICO

A luta pela melhoria do ensino de Graduação nas universidades brasileiras tem tido como espaço privilegiado de expressão o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Graduação. Há alguns anos, este Fórum vem manifestando publicamente as suas preocupações com as precárias condições nas quais se desenvolvem as atividades de ensino de graduação: o sucateamento dos laboratórios de ensino, a desatualização dos acervos bibliográficos de nossas bibliotecas universitárias, a ausência quase absoluta de investimentos na informatização do ensino e da administração escolar, o esvaziamento dos cursos de licenciaturas, em alguns casos com índices de evasão que ultrapassam 80% do alunado, as dificuldades de funcionamento dos cursos noturnos, a elitização do acesso ao ensino superior público e gratuito, a falta de espaço físico adequado às atividades de ensino, entre outros.

Embora estas e outras questões tenham freqüentemente constado das agendas de fóruns, seminários, encontros e congressos, pouca ação se viu no sentido de enfrentá-las, com um programa coerente, politicamente articulado e

academicamente bem definido, voltado diretamente para a minimização dos problemas da graduação. O que se tem visto, na verdade, é que a Graduação, responsável pela formação do grosso do contingente de alunos das universidades, permanece entregue à força da inércia, sem possibilidades de renovar-se e atualizar-se, e com extrema dificuldade de atrair recursos das várias agências de fomento. Esta grande ausência do poder público e das agências de fomento tem servido apenas para iluminar, ainda mais, o estado de penúria em que o ensino de graduação se encontra.

Consciente de que a melhoria da qualidade do ensino não depende unicamente de ações isoladas nas frentes administrativa e acadêmica, internas a cada universidade, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação decidiu empreender ações de cunho político junto à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e à atual equipe do Ministério da Educação e do Desporto, entre outros, com objetivo de transformar os reclamos da comunidade universitária brasileira em mecanismos que devolvessem ao ensino de graduação uma atenção compatível com a sua importância para o país. Destas preocupações e gestões políticas nasceu, em 25 de junho de 1993, através da Portaria nº 119/SESU/93, a Comissão

de Graduação, cuja função precípua foi definir as diretrizes gerais para um programa articulado de melhoria das condições do ensino da graduação.

A composição da Comissão significou uma demonstração inequívoca do MEC de que pretendia ser não o condutor do Programa, mas o articulador, o coordenador e, na medida do possível, o seu financiador. A Comissão foi constituída pelos Presidente e Vice-Presidente Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Graduação, respectivamente Maria Amélia Sabhag Zainko (UFPR), Jésus de Alvarenga Bastos (UFF), e pelos seus Coordenadores regionais do Fórum, Luis Carlos Bruschi (UEL), Maria Bety da Conceição Ribeiro Barbosa (UFAC), Gil de Aquino Farias (UFC), e Nazira de Fátima Elias (UFG), tendo como representantes do MEC a Professora Maria José Vieira Féres, Diretora de Política do Ensino Superior, DEPESES/MEC e o Professor Paulo Roberto da Silva, Chefe da Divisão de Extensão e Graduação, DIEG/SESu/MEC.

A ATUAL COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

Os critérios de composição da Comissão de Graduação permanecem em 1994 os mesmos de 1993 fazendo, portanto, parte da atual Comissão os seguintes Professores: Mozart Neves Ramos (UFPE), Presidente Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Graduação; Dilvo I. Ristoff (UFSC), Vice-Presidente Nacional e Coordenador da Regional Sul; Maria Bety da Conceição Ribeiro Barbosa (UFAC), Coordenadora da Regional Norte; Sandra Maria Correa Sá Carneiro (UERJ), Coordenadora da Regional Sudeste; Maria Teresa Souza Cruz (UFSE), Coordenadora da Regional Nordeste; Eronides de Jesus Bíscola (UFMS), Coordenador da Regional Centro-Oeste; Maria José Vieira Féres, DEPESES/SESU/MEC e Paulo Roberto da Silva, DIEG/SESU/MEC.

A QUEM SE DESTINA O PROGRAD

O Programa de Graduação foi criado com vistas ao atendimento das necessidades fundamentais dos cursos de graduação das universidades públicas. Dentro das universidades, no entanto, foram detectadas as necessidades consideradas mais prementes e, em função disso, a ênfase do Programa recaiu sobre três áreas principais: **os cursos em implantação, os cursos de licenciatura e os cursos noturnos**. Estas prioridades não excluem a participação de outras áreas de carência, desde que devidamente justificadas pelas instituições.

PRINCÍPIOS DO PROGRAD

O Programa de Graduação foi concebido sobre os seguintes princípios:

a) participação das IES na definição da política para o ensino superior do país

As constantes alterações no governo têm gerado dificuldades para a continuidade das políticas estabelecidas. Para que estas políticas não sofram prejuízos em função das mudanças, o PROGRAD deve se configurar como a alternativa mais legítima de participação e de definição

criterosa e justa na alocação de recursos para a consolidação da melhoria da graduação nas universidades brasileiras.

Ressalte-se aí a maior valorização da voz das universidades públicas na apresentação de projetos. À medida em que o Programa de Graduação privilegia projetos institucionais torna-se uma exigência a negociação, a nível de cada universidade, dos projetos a serem priorizados. Esta discussão certamente terá efeito positivo sobre a qualidade acadêmica dos projetos a serem produzidos e apresentados.

b) democratização do acesso às universidades públicas e gratuitas

Dos cerca de 1.560.000 universitários do país, apenas aproximadamente 650.000 estão em universidades públicas*. Esta pequena participação da universidade pública na formação de profissionais de nível superior não apenas revela que cerca de dois terços dos estudantes universitários do país freqüentam universidades pagas, mas aponta igualmente para a realidade de que significativa parcela da população brasileira, para qual os custos de uma universidade privada ou

* **Jornal do MEC**. Ano I, N° 3, Junho de 1994.

comunitária são proibitivos, vê-se impedida de ter acesso ao ensino superior.

Não obstante o evidente processo de privatização do ensino superior brasileiro, é necessário destacar, entretanto, que, em muitos casos, a capacidade humana e técnica instalada nas universidades públicas está, por diversas razões, sub-utilizada. Este quadro agrava-se, quando observamos os dados referentes à evasão em certos cursos das universidades federais - em especial nos cursos de licenciatura, onde chegam, hoje, a níveis verdadeiramente alarmantes. A utilização das vagas ociosas e da capacidade plena de absorção por alunos-trabalhadores é freqüentemente restringida, quer por culturas e políticas internas de exclusão, quer por legislação maior que cria empecilhos de ordem jurídica. Tal realidade é, sem dúvida, impeditiva de uma política de aproveitamento pleno. Resultam, daí, vagas e capacidade física e humana ociosas, alunos sem condições de estudar - tudo isso estando a exigir ações que levem a uma maior democratização do acesso ao conhecimento existente nas universidades públicas.

Há que se acrescentar, ainda, que os alunos oriundos das escolas públicas de segundo grau, na sua grande maioria de origem mais humilde e estudando em condições extremamente precárias,

têm diminuída a sua capacidade de disputar uma vaga com alunos oriundos das escolas particulares.

Diante deste quadro, novas formas de acesso precisam ser urgentemente implementadas (e.g. nova concepção do vestibular, cursos noturnos, ensino à distância, matrículas em disciplinas isoladas, redistribuição/ampliação de vagas, implantação de cursos, etc), sob pena de a universidade pública continuar a ser acusada de elitizar o ensino superior brasileiro e de desperdiçar os recursos públicos nela investidos.

c) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Tem sido grande a dificuldade de execução deste princípio constitucional na maioria das instituições de ensino superior. Embora dois terços das universidades brasileiras sejam, a rigor, universidades de ensino, as universidades públicas têm estabelecido também a pesquisa e a extensão como parte do seu cotidiano acadêmico. As universidades públicas, em outras palavras, são e pretendem continuar a ser universidades de ensino, pesquisa e extensão e não apenas, como no caso da maioria das universidades brasileiras, universidades de ensino.

Esta preocupação com a identidade da universidade pública, como instituição que efetivamente busque produzir, sistematizar e disseminar o saber, exige esforços no sentido de assegurar mais do que a execução, em paralelo, das três funções. Assim sendo, o que se deve buscar é a efetiva articulação ensino-pesquisa, ensino-extensão, e extensão-pesquisa, ou seja, a indissociabilidade.

Neste contexto ressalta-se a necessidade de (1) integrar cursos de pós-graduação e graduação, (2) articular projetos de extensão e de pesquisa ao cotidiano do ensino, (3) construir currículos que abram efetivamente espaço para a pesquisa e a extensão e (4) rever concepções pedagógicas vigentes no sentido de se buscar, cada vez mais, a aproximação entre teoria-prática.

Entende a Comissão de Graduação que a melhoria do ensino não pode prescindir dessa relação inextrincável com a pesquisa e a extensão. Estas, por seu caráter de inovação e dinamismo e pelas condições, contradições e questionamentos que geram, são eficazes construtores da aprendizagem.

d) atualização permanente

O bom ensino se faz com professores atualizados, que tenham acesso às últimas publicações em suas áreas de atuação, que possam utilizar-se das metodologias e técnicas mais atualizadas, que possam, enfim, trabalhar em laboratórios cujos equipamentos sejam preferencialmente de última geração. Laboratórios bem equipados, bibliotecas com acervo bibliográfico completo e atualizado, melhores condições de trabalho para professores e alunos são, neste contexto, fundamentais para um ensino de boa qualidade.

e) recuperação permanente do patrimônio das universidades públicas

A recuperação de laboratórios, bibliotecas, salas de aula e do ambiente físico como um todo é condição básica para a qualidade do ensino e exige ação política por parte do MEC, das universidades e de suas instâncias representativas. Laboratórios sucateados, bibliotecas com acervo insuficiente e desatualizado, prédios sem as mínimas condições de conforto são apenas alguns dos exemplos do patrimônio público relegado ao abandono. Urge que este patrimônio seja recuperado sob pena de desperdiçarmos de vez os preciosos recursos públicos já investidos e sob pena de nos colocarmos

diante de um ensino de qualidade cada vez menos aceitável. A recuperação do patrimônio das universidades é, portanto, fundamental para o ensino de boa qualidade.

OBJETIVOS DO PROGRAD

Objetivo Geral

Apoiar projetos e ações que visem à melhoria da qualidade do ensino de graduação nas universidades públicas brasileiras.

Objetivos Específicos

1. Promover a revitalização/implantação de laboratórios de ensino de graduação;
2. Oportunizar a atualização e a ampliação do acervo bibliográfico de sustentação aos cursos de graduação;
3. Promover a revitalização/implantação de laboratórios de informática para o ensino de graduação;
4. Investir no aprimoramento dos cursos de licenciatura;
5. Incentivar a implantação de cursos noturnos nas Instituições Federais de Ensino Superior;
6. Apoiar modelos inovadores que visem à democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito;

7. Apoiar projetos que promovam transformações nas práticas pedagógicas e nas concepções curriculares, na perspectiva da relação teoria-prática, visando à consolidação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão nas universidades públicas;

LINHAS DE AÇÃO DO **PROGRAD**

Para atingir estes objetivos a Comissão de Graduação definiu linhas de fomento e linhas de ação específicas, buscando articular a este esforço outros programas, já existentes, como o Programa de Bibliotecas Universitárias (PROBIB) e o Programa de Informatização (PROINF). Portanto, fazem parte da concepção geral do PROGRAD os seguintes programas:

- Programa de Licenciatura (PROLICEN)

Os princípios e objetivos do PROLICEN estão pormenorizadamente explicitados em um documento intitulado "As Licenciaturas na Universidade Contemporânea", documento este que acompanhou a convocatória do PROLICEN de 1994. A argumentação que sustenta o Programa tem dois eixos básicos de orientação: (a) a compreensão de que é necessária uma base comum nacional de conhecimentos considerados indispensáveis à formação de um professor competente técnica e politicamente, e (b) um piso salarial nacional que não desqualifique o professor e que lhe garanta condições dignas para o exercício da profissão.

O PROLICEN tem como objetivo apoiar ações que evidenciem o comprometimento e a participação das instituições públicas de ensino superior na implementação de políticas que visem à melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura.

Para alcançar estes objetivos o PROLICEN estabeleceu como diretrizes:

1. Aprimoramento de ações que conduzam à integração das licenciaturas com o ensino de 1º e 2º graus;

2. Estímulo a projetos alternativos que invistam na qualidade, no ingresso, na permanência e na conclusão de cursos dos alunos das licenciaturas;

3. Incentivo às Pró-Reitorias de Graduação a coordenarem esforços em favor das licenciaturas nas universidades e a produzirem projetos de melhoria da qualidade que sejam de natureza institucional;

4. Apoio a projetos que visem a garantir a indissociabilidade teoria-prática.

LINHAS DE FOMENTO

O PROLICEN estabeleceu para 1994 as seguintes linhas de fomento:

1. Projetos integrados de formação dos licenciados;

2. Projetos piloto de cursos de Licenciatura;

3. Bolsas para alunos de graduação dos cursos de licenciatura que atuem em projetos de ensino, pesquisa e extensão, voltados para o 1º e 2º graus;

4. Projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão (produção de materiais didáticos, metodologias, etc.);
5. Projetos integrados de treinamento em serviço das universidades com escolas de 1º e 2º graus, envolvendo alunos que atuam ao lado de profissionais das IES e das escolas;
6. Projetos integrados envolvendo universidades e escolas isoladas de ensino superior, visando à melhoria das licenciaturas;
7. Organização de eventos voltados exclusivamente para a divulgação e discussão de temas relacionados ao ensino de 1º e 2º graus.

- Programa de Laboratórios (**PROLAB**)

O Programa de Laboratórios (PROLAB) tem por objetivo implantar e/ou recuperar os laboratórios de ensino de graduação nas universidades públicas. O Programa teve a sua primeira edição em 1993, quando as universidades públicas, através das Pró-Reitorias de Graduação, foram convidadas pela SESU/MEC a apresentar até três projetos de implantação ou recuperação de laboratórios de ensino. Embora os recursos disponíveis fossem ainda pequenos, 54 universidades foram beneficiadas e 100 laboratórios foram implantados e/ou recuperados, tendo sido liberados para este fim recursos no valor de CR\$248.900.000,00.

O programa teve continuidade em 1994, quando 308 projetos foram apresentados à SESU e julgados pelo Comitê Assessor do PROGRAD. Destes, 35 projetos foram recomendados em primeira prioridade, 87 em segunda e 15 em terceira, com a previsão de liberação de recursos no valor de R\$3.513.005,00.

PRIORIDADES DO PROGRAMA DE LABORATÓRIOS

Para 1993 e 1994 foram considerados prioritários:

- 1. cursos em implantação;**
- 2. cursos de Licenciatura;**
- 3. cursos noturnos.**

Estas prioridades não impedem que a instituição, mediante justificativa, submeta projetos institucionais de implantação e/ou recuperação de laboratórios de outras áreas, como as tecnológicas, da saúde e outras.

É provável que, para 1995, considerando o grau de sucateamento a que chegaram os laboratórios dos cursos de Licenciatura e a dificuldade com que funcionam os cursos noturnos e em implantação, o Programa de Laboratórios continue priorizando os cursos acima. O edital de convocação estabelecerá novas regras para o próximo ano.

- Programa de Bibliotecas Universitárias **(PROBIB)**

Trata-se de programa de atualização do acervo bibliográfico das bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior, com vistas a garantir-lhes, a longo prazo, um acervo com padrões internacionais mínimos de qualidade. O Programa, com base na situação das bibliotecas universitárias no país, estabelece alguns critérios para alocação de recursos, levando em conta, principalmente, a sua dimensão e o estágio de seu desenvolvimento acadêmico, em especial o da pesquisa e da pós-graduação.

Neste sentido, o Programa tem classificado as IFES de duas maneiras: (1) levando em conta a relação livro/aluno e, (2) considerando o compromisso institucional com a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a conseqüente dependência menor ou maior de bibliografia estrangeira.

Com base no primeiro critério, as IFES ficaram assim classificadas:

- **Grupo A - De 0 a 10 livros por aluno;**
- **Grupo B - De 10,1 até 20 livros por aluno;**
- **Grupo C - De 20,1 até 30 livros por aluno;**
- **Grupo D - De 30,1 até 40 livros por aluno;**
- **Grupo E - Acima de 40 livros por aluno.**

Este quadro indica que 8 (oito) IFES estão no Grupo A, 31 (trinta e uma) no Grupo B, 6 (seis) no Grupo C, 5 (cinco) no Grupo D e 2 (duas) no Grupo E. Como a média nacional de livros por aluno nestas instituições é de 18.26, constata-se que 36 (trinta e seis) estão abaixo da média. Em função disso, o PROBIB estabeleceu como uma de suas metas elevar os índices destas instituições à média nacional.

A meta mais imediata, no entanto, é fazer com que, nos próximos cinco anos, todas as bibliotecas das IFES atinjam o número mínimo de 10 (dez) livros por aluno. Apenas a título de referência, a UNESCO em 1980 definiu 75 (setenta e cinco) livros por aluno como padrão mínimo aceitável.

De acordo com o segundo critério, as IFES foram classificadas em três grupos, quais sejam:

- Grupo 1 - IFES com infra-estrutura de pós-graduação e pesquisa muito desenvolvida: **70% de volumes estrangeiros e 30% de volumes nacionais;**
- Grupo 2 - IFES com infra-estrutura de pós-graduação e pesquisa razoavelmente desenvolvida: **50% de volumes estrangeiros e 50% de volumes nacionais;**

- Grupo 3 - EFES com infra-estrutura de pós-graduação e pesquisa pouco desenvolvida: **30% de volumes estrangeiros e 70% de volumes nacionais.**

A alocação de recursos às IFES tem se dado segundo estes critérios e constam de tabela própria. Importante mencionar, ainda, que a Comissão de Especialistas que traçou as linhas gerais de definição do PROBIB propõe uma sistemática de contrapartida institucional para a aquisição de livros e periódicos nos seguintes termos: para cada dólar de repasse do MEC na aquisição de livros e periódicos, a instituição deve alocar cinco dólares de seu próprio orçamento. Neste sentido, recomenda, enfaticamente, que as Bibliotecas, nas IFES, sejam consideradas unidades orçamentárias, gerenciando seus recursos.

- Programa de Informatização (**PROINF**)

O Programa de Informatização do ensino de graduação está subdividido em dois programas principais: (1) LIG (Laboratórios de Informática para a Graduação) e (2) LILI (Laboratórios de Informática para as Licenciaturas). Estes Programas tiveram os recursos destinados às universidades, segundo critérios históricos, tendo distribuído, no ano de 1993, em torno de 245 laboratórios de informática, totalizando 2.900 microcomputadores.

É oportuno lembrar, ainda, que projetos de implantação ou expansão de laboratórios de informática de apoio aos cursos de graduação também são prioritários no Programa de Informatização Universitária definido pelo MEC, através da Comissão de Assessoramento à Informatização Universitária (COINF).

OUTRAS AÇÕES

1. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E GRATUITAS

Em busca da democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito, a SESU/MEC, em consonância com o que estabelece O PROGRAD, realizou de 9 a 11 de março de 1994 um Seminário Nacional sobre o Vestibular, na Universidade Federal de Minas Gerais.

A partir desta iniciativa, o PROGRAD estimulará formas alternativas de acesso às universidades, pois, embora se afirme que todos os modelos de vestibular levem à mesma seleção em termos de qualidade, os estudos, existentes ainda são insuficientes para comprovar tal afirmação.

Outra forma de democratizar o acesso às universidades públicas é a utilização do espaço ocioso no período noturno. A mudança de turno possibilitará aos estudantes-trabalhadores terem acesso à universidade pública.

A prioridade que o Programa de Laboratórios do PROGRAD dá aos cursos noturno é resultado do reconhecimento da necessidade de ampliação do número de vagas nas universidades públicas,

permitindo que mais estudantes-trabalhadores possam estudar.

2. ARTICULAÇÃO ENSINO - PESQUISA - EXTENSÃO

O PROGRAD, fiel às diretrizes estabelecidas, busca a melhoria do ensino de graduação através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão e, neste sentido, estimulará a realização de encontros e seminários entre os Pró-Reitores de Graduação e representantes dos Fóruns de Pós-Graduação e Pesquisa e Fórum de Extensão. O objetivo é construir propostas concretas de estímulo a projetos que tomem realidade o princípio da indissociabilidade destas funções.

COMO PARTICIPAR DO PROGRAD

Cada uma das linhas de fomento e linhas de ação que compõem o PROGRAD será objeto de convocatória específica, com ampla divulgação em todo o país. Estas convocatórias detalharão os objetivos gerais do Programa, os objetivos específicos buscados com a linha de fomento, a natureza esperada dos projetos solicitados, os recursos disponíveis, os valores máximo e mínimo dos projetos a serem submetidos e outras informações de interesse dos solicitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Graduação, constituída pela Portaria 119/SESU/94, de 25 de junho de 1993, tem por preocupação central identificar as áreas do ensino de graduação que necessitam de ações que permitam a melhoria de sua qualidade. Em um universo de tantas carências, a Comissão estabeleceu as seguintes prioridades: os laboratórios de ensino, o acervo das bibliotecas, os cursos de licenciatura, e a informatização universitária.

Também foram identificados aspectos que implicam em mudanças de concepção dentro das universidades brasileiras: (1) a origem escolar e social do alunado das escola pública e gratuita; (2) a pouca articulação do ensino com a pesquisa e com a extensão; (3) a necessidade de mudanças curriculares e de práticas pedagógicas, em busca de uma maior integração entre teoria e prática; (4) a necessidade de alterações nas práticas administrativas, tanto do MEC quanto das universidades públicas no sentido de estimular a otimização no uso dos recursos físicos e humanos disponíveis, permitindo colocá-los à disposição da comunidade. Tem-se plena convicção de que as mudanças nas concepções pedagógicas e nas práticas administrativas, por si só, serão insuficientes para que a graduação dê o salto de

qualidade esperado. Para que isto aconteça, há necessidade de uma articulação política profunda entre o MEC e as universidades, de forma a construir projetos duradouros capazes de resistir à efemeridade dos mandatos e às forças privatizantes sempre vivas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)